A geopolítica na construção do Fórum de Diálogo IBAS: uma leitura a partir do território

Geopolitics in the construction of the IBSA Dialogue Forum: a reading from the territory

Caio Cursini
Universidade de São Paulo, Brasil
caio_cursini@hotmail.com

Revista Presença Geográfica
vol. 12, núm. 1, 2025
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
ISSN-E: 2446-6646
Periodicidade: Frecuencia continua
rpgeo@unir.br

Recepção: 21 Outubro 2024
Aprovação: 22 Dezembro 2024

URL: https://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2745193004/

Resumo: A análise das iniciativas da política externa geralmente está inscrita no âmbito das relações internacionais. Este estudo buscou abranger aspectos do território dos três países que compõe o IBAS com o intuito de extrair daí explicações e aspectos que, por vezes, são negligenciados do ponto de vista internacionalista. A análise considerou não somente os aspectos externos, como a proposta de alinhamento entre países do hemisfério sul, mas também características internas destes Estados. Para realizar a análise utilizamos, para além da bibliografia temática, dados estatísticos de órgãos governamentais da África do Sul, Índia e Brasil e plataformas como o Our World in Data e The Observatory of Economic Complexity, e buscamos analisar dados voltados para a economia, dinâmicas no campo e na cidade e a difusão da técnica no território destes países. A partir das análises realizadas foi possível observar que o estabelecimento do IBAS teve como ponto fulcral as alterações nas dinâmicas territoriais internas.

Palavras-chave: Geografia, Técnica, Hemisfério Sul.

Abstract: The analysis of foreign policy initiatives is generally part of the scope of international relations. This study sought to cover aspects of the territory of the three countries that make up IBSA in order to extract explanations and aspects that are sometimes neglected from an internationalist perspective. The analysis considered not only external aspects, such as the proposed alignment between countries in the southern hemisphere but also the internal characteristics of these states. In addition to the thematic bibliography, we used statistical data from government agencies in South Africa, India, and Brazil and platforms such as Our World in Data and The Observatory of Economic Complexity to carry out the analysis. We sought to analyze data focused on the economy, dynamics in the countryside and in the city, and the diffusion of the technique in the territory of these countries. Based on the analyses carried out, it was possible to observe that the establishment of IBSA had as its central point the changes in internal territorial dynamics.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Keywords: Geography, Technique, Southern Hemisphere.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar os aspectos geopolíticos do Fórum de Diálogo IBAS[1] ao longo dos seus primeiros 10 anos desde sua fundação. Apresentado o objetivo, pressupomos que a geografia é parte das relações internacionais. Seja diretamente ou indiretamente, a relação entre a posição territorial, a configuração do mercado interno, a dinâmica política, as características demográficas, culturais, sociais e econômicas são relevantes para a construção das relações políticas entre Estados. Pressupor a geografia como fundamento dessas interações não é uma novidade. Spykman (1938, p. 50) já observava a eminência do estudo da geografia para a compreensão dos eventos internacionais, de modo que "o estudante de políticas internacionais deve ter a geografia como realidade básica"[2]. Em célebre artigo, Mackinder (1904) também apontava para a relevância da observação geográfica e o domínio dos Estados sobre outros a partir do controle de determinadas partes do globo terrestre, fazia-se, então, a análise da geografia para se compreender as relações de poder.

Cronologicamente, no entanto, o distanciamento entre a geografia e as relações internacionais é um fato corrente, ao menos nos círculos acadêmicos brasileiros. Por que tal distanciamento? A especialização das ciências humanas, como aponta Sposito (2004), e a consolidação metodológica das relações internacionais, como destaca Roseira (2015), pode nos explicar certo ocaso nas relações entre a geografia e os internacionalistas, assim como a própria formação da geopolítica pode nos indicar certa indisposição dos meios acadêmicos em relação às aproximações entre a geografia, o Estado e as próprias relações internacionais, como nos permite refletir Costa (2008).

O fato é que tal distanciamento causou um efeito recorrente ao estudo da geopolítica. Tomando obras como a de Aron (2002), Wight (2002), Morgenthau (2003), Nye (1990) e Bull (2002), autores clássicos das relações internacionais, perceberemos um ponto em comum entre eles: a percepção do mundo, ainda que sob óticas teóricas diversas, ou seja, do realismo às teorias liberais, é acompanhada por uma negligência marcante sobre a noção e discussão territorial. A geografia pouco aparece ou é tomada como sinônimo de território. Considerando essas obras como parte importante do pensamento internacionalista, temos como resultado, recorrentemente, um quadro superficial do ponto de vista conceitual geopolítico, resultando numa análise estritamente centrada no Estado ou em atores que tangenciam as ações do Estado.

Entretanto, se considerarmos que há no território algo de dinâmico como observaria Saquet (2007), uma vez que não é o território somente um receptáculo de ações (CATAIA, 2011), podemos considerar que as teorias internacionalistas acabam remando em direção oposta àquela do pensamento geográfico. Isso fica testemunhado, por exemplo, em dizeres na obra de Morgenthau (2003), em que o território fica caracterizado como um mero elemento de poder. Aron (2002), talvez o mais afeito às discussões geográficas entre os internacionalistas, ainda indicando algumas discussões sobre a relação da sociedade e o meio geográfico, acaba por concluir de forma semelhante: na visão deste autor, seria o território um teatro e dele derivaria no máximo trunfos posicionais e econômicos a serem utilizados pelo Estado.

Diante desse cenário, surge, então, a possibilidade de tentarmos realizar uma aproximação entre a geografia e as relações internacionais, tendo no território o liame entre estas duas áreas. Para além das discussões conceituais, a presente proposta busca analisar uma parte da política externa brasileira, tendo como enfoque não somente a iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, mas algumas dinâmicas sociais e econômicas que podem ter contribuído para a construção da política multilateral do início do século XXI.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Entre os acordos oficiais firmados, os discursos proferidos e os documentos dos atores políticos, há uma rica fonte de material empírico que testemunha as estratégias e decisões do Estado na construção do território nacional. A proposta do artigo consiste, portanto, na análise de um período peculiar da política externa brasileira, isto é, o início do governo Lula da Silva, observando mais atentamente o estabelecimento do Fórum de Discussão IBAS em 2003.

Peculiar, porque o IBAS, como destaca Lima (2005), seria a primeira iniciativa de governo que evidenciaria a estratégia externa brasileira. Mais do que econômico, o Fórum de Diálogo, no momento do seu estabelecimento, tinha um objetivo estratégico, que do nosso ponto de vista, poderia estar assentado sob uma condição territorial pouco analisada sob a ótica das relações internacionais.

O termo IBAS surgia ao final da reunião do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul em 6 de junho de 2003. A reunião não era somente mais uma reunião protocolar entre países em desenvolvimento, mas como pontua Visentini (2008), marcava a estratégia da política externa brasileira em Lula da Silva. O encontro reunia três países que possuíam características históricas, regionais e econômicas similares: Brasil, Índia e África do Sul eram potências regionais, possuíam um histórico colonial semelhante, eram exportadores de matérias primas e aspiravam historicamente, ao menos nos discursos, a um mundo multipolar, já que todos estes estados pleiteavam de longa data a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas[3].

E, afinal, onde está a geografia nesse debate? Sugerimos a existência de um liame inexorável entre a construção da política externa brasileira e o território. E aqui, é importante que se diga, não somente o território posicional, estático, utilizado como um elemento de poder, concepção bastante corrente e talvez consolidada enquanto noção nos diálogos políticos, geográficos, históricos e internacionalistas, mas sim o território dinâmico, substanciado por relações econômicas, sociais, políticas e históricas. Isto é, a discussão aqui empregada busca analisar o estabelecimento do Fórum de Diálogo IBAS como o resultado não somente da política externa brasileira, mas um evento internacional que foi constituído a partir de transformações econômicas do território dos três países componentes deste Fórum e a geografia, esta, enquanto uma ciência especializada na análise do espaço geográfico, é fundamental para esta tarefa.

Embora o Fórum em análise ainda seja uma realidade, tomamos um intervalo de tempo que se aproxima à primeira década do século XXI, o que nos possibilitou analisar temporalmente variações estatísticas destes três países, antes e após a fundação do IBAS. Esclarecemos que o IBAS não foi analisado a partir do seu impacto econômico ou social, ou seja, o nosso pressuposto não é que o IBAS é causa, mas sim consequência da maior relevância que África do Sul, Brasil e Índia adquiriram no cenário internacional.

Descrevendo nosso procedimento metodológico, destacamos que o levantamento estatístico foi feito a partir de diversas fontes. Utilizamos o site Our World in Data[4] como fonte de diversos dados sobre urbanização, demografia, acesso à internet, etc. A intenção que motivou o levantamento desses dados foi demonstrar a transformação do território ao longo do tempo, enfatizando o aspecto técnico, rural e urbano. Os dados retirados deste site foram selecionados previamente pelo autor e adaptados em gráficos e tabelas aqui apresentados.

Os dados econômicos foram retirados, principalmente, de duas fontes. A primeira foi o The Observatory of Economic Complexity (OEC) e do International Monetary Fund (FMI em sigla brasileira). Ambas as fontes compilam dados retirados de fontes governamentais. Por vezes, ao nos defrontarmos com alguma dúvida em relação aos dados apresentados, confrontamo-los com os bancos de dados governamentais, como o MoSPI[5] da Índia, o Statistics South Africa da África do Sul e a Comex Stat[7] do Brasil.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Também utilizamos fontes documentais históricas, como algumas matérias de jornais do período, assim como artigos e discursos referentes aos temas. Por vezes utilizamo-nos das notas de rodapé com o intuito de permitir mais facilmente ao leitor o acesso ou a fonte ou alguma informação importante para o contexto descrito. Além disso, o artigo está dividido em dois tópicos. O primeiro aborda o contexto geopolítico sob o qual o IBAS foi fundado, apontando as intenções e alguns discursos relacionados a este evento. O segundo detalha as modificações territoriais pelas quais vinham passando esses três países.

O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS, UM EXEMPLO GEOPOLÍTICO

Em 6 de junho de 2003, os chanceleres de África do Sul, Brasil e Índia, anunciavam a formação do que seria conhecido como IBAS[8], sendo a sigla a inicial de cada um dos países integrantes. O fato de cada uma dessas nações ser integrante de continentes como América do Sul, África e Ásia, não era um acaso. O Fórum de Diálogo, como aponta Amorim[9] (2013), este, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, já era uma ideia antiga, datava do governo de Itamar Franco, mas que só seria desenvolvida no primeiro governo de Lula da Silva[10]. Ter três países de continentes marcadamente periféricos numa lógica internacional pautada pelas potências do hemisfério norte era um dos aspectos mais relevantes do IBAS.

A ideia de reunir países do hemisfério sul tinha um caráter tanto ideológico como geográfico. Derivando das noções da Guerra Fria e da Conferência de Bandung em 1955[11], o termo "sul global" só seria estabelecido, de fato, no ano de 2004 com a publicação do relatório Forging the Global South na ONU[12], não sendo utilizado como um sinônimo, mas uma derivação mais complexa da ideia de terceiro mundo ou dos países em desenvolvimento, ou seja, ser do sul global extrapola os limites geográficos e se concentra muito mais na formação histórica, social e cultural das nações. Segundo a definição do documento da ONU,

> o uso do termo "Sul" para se referir aos países coletivamente faz parte das abreviações das relações internacionais desde a década de 1970. Isso se deu pelo fato de que os países do mundo industrial desenvolvido (com exceção da Austrália e Nova Zelândia) estavam no hemisfério norte. O termo não significa que todos os países em desenvolvimento são similares e podem ser agrupados numa só categoria. O que é enfatizado é que embora os aspectos econômicos, sociais e atributos políticos variem entre esses países, todos eles compartilham de um conjunto de vulnerabilidades e desafios. (tradução nossa, United Nations Day for South-South Cooperation [UNDP], 2004, s/ p)

Na virada do século XXI, chegar à delimitação dos países que comporiam um bloco representativo do sul global[13] não parecia ter sido um grande desafio, ao menos nas palavras de Celso Amorim, em 2003, em conversa com a Ministra das Relações Exteriores da África do Sul. Amorim sugere

> criar um grupo composto por apenas três nações com afinidades em seus processos democráticos e em suas características multiculturais, cada uma em um continente do mundo em desenvolvimento. Seria formado por Índia, Brasil e África do Sul. (AMORIM, 2013, s/ p)

Inegavelmente, estes três países eram potências econômicas regionais consolidadas. Em 2001, o Brasil detinha 48% do PIB da América do Sul; a Índia era a 3° maior economia do continente asiático, possuindo 14% do PIB daquele continente, e a África do Sul também marcava 14% do PIB de todo continente africano, sendo neste a 2° maior economia[14]. Para além da relevância econômica, juntos, estes países tinham em 2001 quase 20% da população mundial[15], possuindo, portanto, também relevância em termos demográficos.

Outro aspecto importante é a própria posição geográfica que estes Estados ocupavam, tendo grande extensão de fronteiras marítimas em posição vantajosa em relação ao comércio internacional. Isso porque o Brasil possui amplo interesse no Atlântico Sul, tendo por ali boa parte de seu comércio internacional, destacado pela importância dos portos ali localizados na porção centro-sul do país e pela relevância da exploração petrolífera derivada do pré-sal. A África do Sul, por sua vez, situa-se em posição estratégica em relação aos fluxos marítimos, localizada em porção central em relação às rotas que se utilizam do Cabo da Boa Esperança. O país ainda se destaca por ser o ponto de divisão entre os oceanos Índico e Atlântico[17] no hemisfério sul. Já a Índia ocupa posição importante na dinâmica marítima regional e global, localizada entre o Mar da Arábia e a Baía de Bengala, cruzam as adjacências dos limites marítimos indianos os fluxos que se destinam tanto a passagem de Suez, como às embarcações que se dirigem ao estreito de Malaca.

Para além desse aspecto, os três países possuem consonâncias históricas, passaram por um longo processo de colonização que deixou marcas na sociedade atual. Estados multiculturais, com graves problemas de desigualdades arraigadas em diferenças étnicas e culturais, estes três países são notabilizados por um processo de industrialização tardia relativa daqueles ditos em desenvolvimento, como a própria Organização das Nações Unidas (UNDP) e os levantamentos econômicos feitos de Perroux (1962) a Santos (1965) definem. Como característica importante desse processo destaca-se a dependência da exportação de matérias-primas que permeou o passado e mantém-se com importância ímpar para estes Estados.

Embora todos estes três países tenham relevantes parques industriais e tecnológicos, conserva-se a importância dos produtos primários para a balança de exportação. O Brasil, como já mencionado, coloca-se imprescindivelmente dependente das exportações de matérias primas. Em 2003, por exemplo, a soja e derivados (8,2%), óleo cru (3,4%), minério de ferro (4,6%) e açúcar (3,2%) tinham grande participação no valor exportado pelo país. Outro aspecto não somente do Brasil, mas do conjunto IBAS, é a presença, ainda que em menor escala, da participação de produtos industriais na dinâmica de exportação. No caso do Brasil, no mesmo ano de 2003, era relevante a exportação de carros (3,5%) e aviões, helicópteros e itens semelhantes (2,8%)[18].

Naquele mesmo ano, a África do Sul, por sua vez, tinha participação significativa de quatro matérias primas. Somente a exportação de platina representava 8,3% do comércio internacional do país; ouro, diamantes e carvão representavam, respectivamente, 5,6%, 4,8% e 5,7%. É importante observar que, no caso da África do Sul, a exportação de veículos também tinha relevância, já que naquele ano o valor da exportação de carros representava 5,7% do total das exportações[19].

A situação indiana era um pouco diferente em algumas características. O país tinha uma cesta de exportações um pouco mais diversificada do que seus correlatos, tendo a participação de medicamentos (2%) e petróleo refinado (5,3%) como importantes itens de seu comércio exterior. No entanto, no ano de 2003, chamava a atenção a relevância da exportação de diamantes, 12,7% do valor exportado pela Índia derivava dessa matéria prima.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Diante desses dados, destaca-se que a colaboração diplomática entre esses três Estados partia, ao menos, de uma compreensão mínima da divisão internacional do trabalho por parte de seus governos, além de considerações sobre a relevância desses países em seus respectivos continentes. Intrínseco a esta compreensão estava que o IBAS também poderia se consolidar como uma plataforma para a reafirmação da posição multilateral de potências regionais, apostando no fortalecimento das instituições supraestatais, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e pleiteando ao mesmo tempo a reforma destas. A aproximação destes três Estados enfatizava a necessidade do rearranjo internacional e a maior participação dos países em desenvolvimento da tomada de decisões frente às transformações econômicas, históricas e sociais de um bloco de países contrapostos aos Estados desenvolvidos, como era destacado pela própria declaração do IBAS de 2006[20].

Esse aspecto fica reforçado com as próprias palavras de Lula da Silva, presidente do Brasil à época na abertura da I Cúpula do IBAS em 2006. Afirmava o então presidente que "o que queremos, com o IBAS e outras iniciativas, é aproveitar melhor oportunidades de cooperação Sul/Sul antes inexploradas", desse modo, o viés estratégico era devido às "características singulares e únicas de reunir três grandes países em desenvolvimento, de três diferentes continentes", isso desaguava no fato de que "o IBAS simboliza de modo muito especial essa orientação da diplomacia brasileira, de uma busca mais ativa de parcerias com os países do Sul" (Silva, 2006).

A despeito dos aparentes interesses comuns presentes no IBAS, alguns aspectos desafiadores merecem destaque. Hammerstad (2006) aponta para desafios regionais para cada um dos integrantes do Fórum: as divergências entre os estados africanos sobre a reforma do CSNU, por exemplo, trazem à baila os dilemas das potências regionais que acabam se defrontando com países de dimensões econômicas, populacionais e até mesmo militares semelhantes. Nesse caso, a África do Sul era contraposta por Egito e Nigéria, a Índia, potência nuclear tinha forte rivalidade com seu vizinho, o Paquistão e o Brasil, como aponta Lima (2005), ainda que apresentando certa proeminência econômica na América do Sul, na busca por assento permanente não deixava de exacerbar discordâncias com Argentina e México.

Entre os países do Fórum também ocorreram divergências em função de medidas comerciais conflitantes, em 2011, por exemplo, pressões de produtores sul-africanos ameaçavam as exportações brasileiras de frango para o país, além do que se mantinha a barreira sanitária sobre a carne suína produzida no Brasil, medida esta derivada de casos de febre aftosa no ano de 2005 (GALLAS, 2011).

Para além disso, as suspeitas de Hammerstad (2006) de que o Fórum de Diálogo IBAS mantinha seus diálogos ativos em função somente do bom relacionamento entre os chefes de Estados que dele participavam, de fato pode ser verificada anos depois. Com a mudança de governo no Brasil em 2011, por exemplo, escassearam os encontros do IBAS. Depois da declaração de Brasília em 2003, os encontros entre os líderes dos Estados ocorreram anualmente entre 2005 e 2009, após este intervalo um novo encontro foi realizado em 2011, o seguinte encontro só seria realizado em 2017.

Esse grande intervalo entre os encontros do Fórum dialoga com a ascensão da importância adquirida pelo BRICS[21], como já retratado no jornal indiano The Economic Times (VISHWANATHAN, 2014), em 2014. Ressaltava-se, na referida matéria, a necessidade de reavivar os entendimentos entre os países do IBAS, destacando a importância de realinhar os ideais do Fórum, enfatizando-se, por exemplo, questões sobre a segurança nos oceanos Atlântico e Índico, além da ênfase na estabilidade governamental. É de se notar que, à diferença dos BRICS que possuía um caráter econômico marcante, o IBAS, para além deste viés, era caracterizado por uma tentativa de alinhamento da diplomacia dos países do hemisfério sul no século XXI.

Embora não fosse marcado por hierarquia e sua composição congregasse diversas posições internacionais, como aponta o próprio Amorim (s/ p, 2013), a ascensão e o ocaso do IBAS parecem convergir com a mudança da posição diplomática do Brasil após a transição de Lula da Silva (2003-2010) para Rousseff (2011-2016). Tendo sido gestado já no início do primeiro governo de Lula da Silva, a formação do IBAS converge com as impressões de que o governo petista apostava no fortalecimento do multilateralismo (CERVO, 2008) e inseria na plataforma externa muitas das idealizações construídas ao longo da formação do Partido dos Trabalhadores (ALMEIDA, 2004).

O fortalecimento das relações multilaterais fazia parte de uma perspectiva internacional que, de acordo com a própria cartilha de campanha do partido[22], partia de um ideário que se abria a novas frentes diplomáticas, enfatizando-se nesse movimento o fortalecimento da autonomia do Estado nas relações internacionais, além da tentativa de desvinculação da imagem do Brasil como um país submisso aos interesses da economia estadunidense.

A idealização do IBAS, como destaca Amorim (2013), surgia da concepção de incutir ao Brasil e aos países em desenvolvimento[23] tanto o autorreconhecimento enquanto Estados relevantes para as novas configurações internacionais do século XXI, como a busca por maiores espaços de representação, a começar pela reivindicação da reformulação do CSNU. Na esfera regional, ainda, ao se colocar como membro propositor, o Brasil acabava como um catalisador diplomático sul-americano, fosse como membro do IBAS, fosse como membro do BRICS (RICUPERO, 2017).

Cabe-se, também, destacar que as demandas internacionais carregadas no seio do IBAS eram municiadas pelas condições econômicas internas destes três países. O PIB indiano havia crescido entre 2000 e 2010 uma média de mais de 7% ao ano, o brasileiro quase 4% ao ano e o sul-africano cerca de 3,5% ao ano. A título de comparação, a Zona do Euro cresceu nesse mesmo intervalo de tempo, aproximadamente 1,4% ao ano em média[24].

As modificações do cenário internacional, como a ascensão econômica da China, a postura belicosa dos Estados Unidos no Oriente Médio, e a transformação econômica dos países do IBAS impulsionaram a demanda pelo fortalecimento da perspectiva multilateral na política externa. O crescimento econômico brasileiro, por exemplo, respaldava a pressão do país por maior participação nos principais fóruns internacionais, como o G-7[25], G-20[26], além de missões das Nações Unidas. A busca pelo abrandamento da influência dos Estados Unidos e Europa, embora não fosse uma novidade na história da política brasileira e dos países do hemisfério sul, agora era também revestida e impulsionada por intensas modificações no território desses países.

Uma intensa transformação territorial nesses Estados estava em curso e o crescimento do PIB de África do Sul, Brasil e Índia tinha reflexos na vida social e econômica no interior desses Estados. A expansão dos centros urbanos também era um aspecto comum como veremos adiante, assim como a mecanização da agricultura em suas respectivas principais monoculturas. Vejamos alguns aspectos do território de cada um desses países momentos antes e após a inauguração do IBAS.

IBAS, GEOPOLÍTICA E TERRITÓRIO

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

As transformações no território desses três países imprimiam força sobre as iniciativas da política externa. Essa relação não era casual: África do Sul, Brasil e Índia haviam aumentado sua participação no PIB mundial puxados principalmente por este último país, juntos representavam, em 2000, 8,22% do PIB do mundo, após 10 anos esse número chegou a 9,62% em um contexto marcado pela crise de 2008. A título comparativo, os países da Europa Ocidental representavam 21,82% do PIB mundial em 2000, uma década depois esse percentual caía para 17,1%[27].

Nos termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e PIB per capita, as transformações foram mais claras: respectivamente, no ano 2000, África do Sul, Brasil e Índia tinham um IDH de, 0,633, 0,668 e 0,490. No caso do PIB per capita, neste mesmo ano, estes países perfaziam respectivamente, $10,599, $11,529 e $2,571[28]. Em 2010, o IDH da África do Sul estava em 0,675, o do Brasil em 0,722 e da Índia 0,572, enquanto o crescimento do PIB per capita nesse intervalo de tempo foi impressionante: a África do Sul em 10 anos estava com um valor de $13,469, o Brasil $14,825 e a Índia, apontando para um crescimento de mais de 50%, atingindo $4,213.

A iniciativa do IBAS dialogava com a solidez das transformações territoriais experimentada por seus integrantes. O aumento, por exemplo, do valor adicionado da produção agrícola por trabalhador crescia consideravelmente[29], indicando mudanças importantes na estrutura rural e urbana desses países. Como demonstra a figura 1, o crescimento do valor adicionado agrícola supõe o aumento da produtividade e também modificações no uso do solo. O crescimento dos valores em apenas 10 anos pode apontar, levado em consideração o contexto diplomático do período, a internacionalização da agricultura, associada ao atrelamento desta aos novos meios técnicos de produção (ELIAS, 2002).

Figura 1 – PIB per capita

País/ano	2000	2005	2010	Variação entre 2000 e 2010
África do Sul	$4.342	$5.892	$8.812	102,9%
Brasil	$3.802	$4.173	$5.938	56,1%
Índia	$1.005	$1.072	$1.320	31,3%

Figura 1 – PIB per capita: elaboração própria, 2024. Tabela elaborada com base nas informações sobre "*agricultural value added*" retiradas do site <https://ourworldindata.org/employment-in-agriculture>.

Figura 1
PIB per capita

Esse crescimento sugere o processo de mecanização do trabalho no campo, o que é corroborado pela diminuição do quantitativo de trabalhadores nesse ramo de atividade desses países. Aliás, a diminuição dos percentuais de trabalhadores no campo era uma tendência dos países do IBAS. A mudança percentual é ainda mais ressaltada se comparada ao curto período de dez anos. A queda, por exemplo de 59,64% de indianos que trabalhavam na agricultura para 51,06% uma década depois significava um impacto de milhões de pessoas no setor de serviços e, no caso da Índia, também na indústria[31]. Esse aumento considera, inclusive, o aumento de uma população que saltava de 1,06 bilhões de pessoas em 2000 para 1,24 bilhões de pessoas no ano de 2010.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Uma dinâmica semelhante é identificada no Brasil e na África do Sul, o que indica alterações na dinâmica econômica e produtiva desses países, que viram junto com o aumento do valor adicionado na agricultura (figura 1), a diminuição da participação da agricultura na geração de empregos (figura 2). Embora os percentuais possam parecer pequenos, é necessário ressaltar o restrito espaço temporal dessa mobilidade, além do grande quantitativo populacional desses países. No caso brasileiro, por exemplo, em 2000 quase 13 milhões de pessoas trabalhavam no campo, dez anos depois esse quantitativo chegava a 12 milhões, no entanto, a população absoluta do país tinha saído de 174 milhões em 2000 para 193 milhões em 2010[32]

Figura 2 – Empregos na Agricultura entre 2000 e 2010

País/Ano	2000	2005	2010
África do Sul	21%	18,2%	16,6%
Brasil	15,4%	15,5%	11,5%
Índia	59,6%	53,1%	51,1%

Figura 2 – Empregos na Agricultura entre 2000 e 2010: Elaboração própria, 2024. Tabela elaborada com base nos dados retirados de <https://ourworldindata.org/employment-in-agriculture>.

Figura 2
Empregos na Agricultura entre 2000 e 2010

A mobilidade da população do campo se coaduna com a globalização das técnicas produtivas. Entre 2000 e 2010 houve um significativo aumento da utilização de fertilizantes no Brasil e na Índia. O uso de fertilizantes por hectare arável no país sul-americano saiu de 144,5 kg no ano de 2000 para 202,8 kg em 2010[33]. Já na Índia, o aumento foi de 103,7 kg para 179 kg no mesmo período. Exceção ao aumento foi a África do Sul que teve um uso praticamente estável desses insumos nesse intervalo de tempo, mantendo uma média aproximada de 53 kg por hectare arável no país.

Em que pese a estabilidade do uso de insumos nos campos da África do Sul, a redução da participação de trabalhadores na agricultura e o aumento da produção no campo é uma característica desses três países, o que dialoga com o crescimento do número absoluto de exportações de itens da agricultura para a Europa, Estados Unidos e China[34]. Isso significa que apesar dos países do Fórum buscarem novas perspectivas diplomáticas no cenário internacional, as relações econômicas mantinham fortes laços com seus velhos parceiros do norte.

Para além disso, os países do IBAS tinham modais de exportação semelhantes e destinos também convergentes. Ao observar os principais destinos das exportações desses países, percebemos três aspectos (figura 3). O primeiro é a relevância dos Estados Unidos como comprador mundial: durante a primeira década do século XX, este país se manteve como destino primordial, com exceção de 2010 em que há mudanças significativas e o câmbio dos principais importadores dos países do IBAS. Destaca-se, ainda, a própria ascensão da Índia como principal compradora de produtos da África do Sul, o que implica apontar para a existência de interesses econômicos para além das afinidades políticas entre os componentes do IBAS.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Figura 3 - Os 2 principais destinos de exportação em dólares

	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Africa do Sul	Estados Unidos/Reino Unido	Estados Unidos/Reino Unido	Estados Unidos/Reino Unido	Estados Unidos/Japão	Estados Unidos/Reino Unido	India/Estados Unidos
Brasil	Estados Unidos/Argentina	Estados Unidos/ Holanda	Estados Unidos/Argentina	Estados Unidos/Argentina	Estados Unidos/Argentina	China/Estados Unidos
India	Estados Unidos/Hong Kong	Estados Unidos/Emirados Arabes Unidos	Estados Unidos/China	Estados Unidos/Emirados Arabes Unidos	Estados Unidos/Emirados Arabes Unidos	Emirados Arabes Unidos/Estados Unidos

Figura 3 – Os 2 principais destinos de exportação em dólares: elaboração própria, 2024. Tabela elaborada com base nos dados de <https://oec.world/en>.

Figura 3
Os 2 principais destinos de exportação em dólares

O segundo aspecto importante ao se analisar o destino das exportações dos países do IBAS, é certa herança colonial e suas reverberações nas dinâmicas da divisão internacional do trabalho. Ao menos entre os parceiros comerciais da África do Sul, o Reino Unido manteve-se como um fundamental destino de produtos sul-africanos. Para além disso, entre todos os participantes do IBAS as vendas de produtos para os países da Europa embora não atingisse patamares individuais capazes de situar um ou outro país nas duas primeiras posições entre os principais compradores, com exceção da Holanda que aparece como 2° maior importadora de produtos brasileiros, o conjunto de países europeus se manteve constantemente entre seus principais importadores no intervalo que vai de 2000 a 2010. Subtrai-se disso que a relação colonial se desdobrou, evidentemente, em relação comercial, tendo, no caso sul-africano, a língua e, por ventura aspectos culturais, como um fator importante no estabelecimento de relações econômicas entre estes dois Estados.

Como terceiro aspecto, aponta-se, ao menos no Brasil e na Índia, laços econômicos regionais importantes. A relação comercial entre o Brasil e a Argentina mostra o atrelamento comercial entre os dois países, denotando a capacidade de integração econômica regional. No caso indiano, as relações se desenvolveram com os Emirados Árabes Unidos e, em 2010, com a China, o que também aponta para um potencial econômico regional entre a Índia, o Oriente Médio e o futuro principal importador do mundo, a China.

A urbanização também é característica marcante dos países do IBAS. Estes, considerados em desenvolvimento, viram, ainda que partindo de patamares diferentes, a taxa de urbanização aumentar nos primeiros 10 anos do século XXI. O Brasil no último ano do século XX tinha 81% da sua população habitando nas cidades, número que chega a 84% em 2010, variação percentual semelhante à da Índia que saiu de 28% para 31% da sua população vivendo na área urbana, já a África do Sul, nesse mesmo intervalo de tempo, viu esse índice passar de 57% para 62%. Mais uma vez, embora as variações percentuais possam parecer diminutas, reforça-se que se trata de um curto período de tempo e de populações que atingiam milhões e, no caso indiano, uma população que marcava mais de 1 bilhão de pessoas em sua totalidade.

Esse crescimento é relevante porque indica um alinhamento das dinâmicas internas que ressoavam na construção de entendimentos externos. Há de se contra-argumentar, no entanto, que estas dinâmicas referentes à urbanização, o aumento da produtividade no campo e a consonância de parceiros comerciais não eram exclusividade dos países do IBAS. Isso, parece-nos, de fato óbvio.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

É justamente o caráter geopolítico do Fórum que imputava ao IBAS uma relevância para além das semelhanças entre os Estados que o compunha. As cidades desses três países ganhavam relevância mundial. No ano de 2007, o Brasil foi escolhido duas vezes para sediar eventos internacionais, o Rio de Janeiro teve oficializada a sua escolha como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, além da escolha do país para ser sede da Copa do Mundo de 2014. Em 2004 a África do Sul também foi escolhida sede da Copa do Mundo de futebol masculino que aconteceria no ano de 2010. Nova Délhi, por sua vez, foi em 2010 sede dos Jogos da Commonwealth.

A projeção desses Estados no cenário internacional deu-se a partir da relevância global que seus centros urbanos ganhavam na primeira década desse século: São Paulo, Rio de Janeiro, Nova Délhi, Johanesburgo, Cidade do Cabo, projetavam para o mundo sua pujança econômica através dos megaeventos (GRIX et al. 2019) e também o caráter multilateral do hemisfério sul.

Brasil, África do Sul e Índia representavam em termos geopolíticos algo aproximado à tese de Martin (2018) sobre o meridionalismo, isto é, apregoa-se, na visão deste autor, um entendimento entre os Estados do hemisfério sul fazendo frente ao domínio das relações diplomáticas pelos países setentrionais[35]. De fato, o IBAS aponta para a intenção e capacidade destes Estados coadunarem esforços através de aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais, imiscuindo a estes elementos o entrelaçamento técnico típico da globalização (SANTOS, 2003), como a expansão da infraestrutura urbana, mecanização do campo e ampliação das redes de consumo e trabalho na esfera local e global. A urbanização desses três países, de fato, deu-se em diálogo com uma expansão da técnica, da especialização do trabalho e das comunicações.

Tomando esse aspecto, a parcela da população com acesso à luz elétrica aumentou constantemente em todos os países do IBAS, com destaque para Índia que, em 2000, tinha 60,29% da sua população com acesso à luz elétrica, em apenas dez anos esse número chegou a 76,3%. Na África do Sul, de 2000 a 2010, esse número saltou de 72,4% a 82,8%. No Brasil, o aumento foi mais brando em função da quase totalidade de acesso à energia elétrica, em 2000, 94,43% da população tinha acesso a rede eletrificada, dez anos depois esse número chegou a 98,6%[36].

Esse aumento do acesso à energia elétrica deu-se em conjunto com o contínuo fluxo populacional em direção aos grandes centros urbanos, como já fica demonstrado no levantamento do Banco Mundial e veiculado pelo Our World in Data[37]. Também é verificada uma expansão impressionante do acesso ao telefone celular. Em 2000 eram pouco mais de 23 milhões de aparelhos no Brasil, 8 milhões na África do Sul e 3,5 milhões na Índia. Dez anos depois, esse número, respectivamente, chegava em quase 197 milhões, 50 milhões e 752 milhões.

Outro fator interessante é o uso da internet entre a população desses países, como demonstra a figura 4. Na Índia, em 2000, 5,59 milhões de pessoas utilizavam a internet, em 2010 esse número chegava a 93,05 milhões. No mesmo período, no Brasil, de 5,05 milhões para 79,82 milhões e na África do Sul, de 2,5 milhões para 12,43 milhões de usuários. Uma expansão tardia se comparada à Europa e a América do Norte que no ano de 2000 já tinham, respectivamente, 109 e 144 milhões de usuários, mas que em magnitude percentual indica uma transformação relevante dos países que compunham o IBAS. Em uma década, houve um crescimento relativo do número de usuários da Internet destes 3 países. A predominância de usuários da América do Norte, Europa e China, embora seja um fato inegável, não esconde um significativo aumento do acesso à internet dos membros do IBAS.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Figura 4 - Uso da internet entre países e regiões do mundo

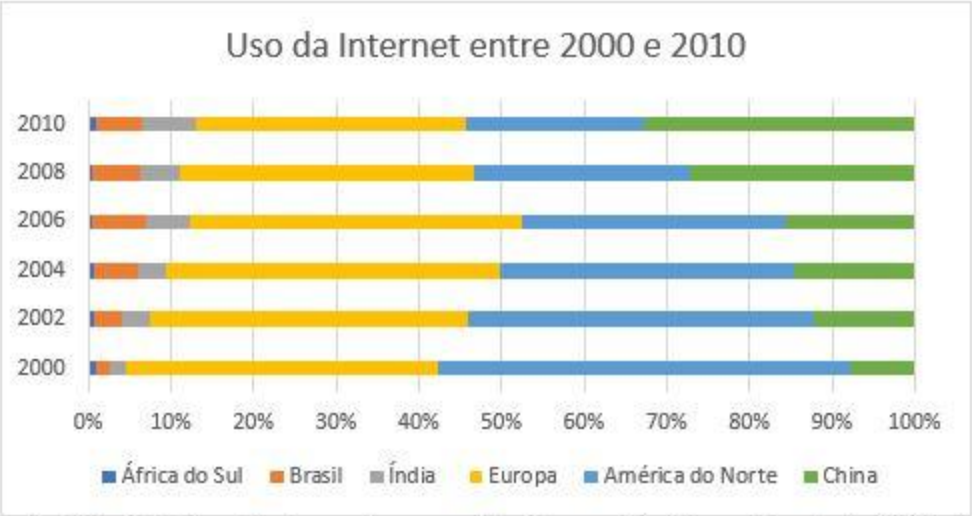


Figura 4 – Uso da internet entre países e regiões do mundo: elaboração própria, 2024. Gráfico elaborado com base nos dados retirados de <https://ourworldindata.org/internet>.

Figura 4
Uso da internet entre países e regiões do mundo

O IBAS, portanto, dialogava com a ascensão econômica e técnica das potências regionais do hemisfério sul. Além disso, o crescimento econômico chinês de mais de 10% ao ano entre 2000 e 2010, ultrapassando a crise de 2008[38] com impactos pequenos se comparados ao mundo desenvolvido, permitia aos países do Fórum um guarda-chuva diplomático fora do âmbito estadunidense-europeu. Ao menos do ponto de vista brasileiro, Brasil e China surgiam, nas palavras de Cervo (2008, p. 283) como "países convergentes quanto à destinação da política exterior para os fins do desenvolvimento nacional".

Para além disso, a virada da década de 2010 apontava para a necessidade de reformulações da governança global, com apostas evidentes, como indica Ricupero (2017), na convergência de organizações internacionais lideradas por países não hegemônicos. Era o caso dos BRICS, do G-20 e do próprio IBAS. O impulso para essas iniciativas se conectava às transformações que vinham ocorrendo ao redor do mundo a partir da virada do século, principalmente, após a crise econômica de 2008, transformações estas que eram consequências das modificações territoriais e das dinâmicas espaciais dos países do hemisfério sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma plataforma diplomática de diálogo entre África do Sul, Índia e Brasil teve intenções geopolíticas importantes. A constituição de laços entre estes Estados tinha o objetivo de cimentar no hemisfério sul um conjunto mais ou menos organizado que vislumbrasse a reformulação da política internacional através do remodelamento de organizações supraestatais.

O caráter geopolítico do IBAS, no entanto, não estava inscrito somente no agrupamento de interesses externos. É de se perceber que as transformações territoriais destes três países estavam em pleno curso no início do século XXI e que a proposta do Fórum pelo chanceler brasileiro e pela chancelerina sul-africana tinha respaldo, justamente, nas alterações territoriais destes países. As características posicionais ou os "trunfos" territoriais destes Estados só poderiam ser impulsionados na plataforma internacional, na medida em que eram corroborados pelo avanço técnico e econômico no território destes países.

Demonstrou-se que a consolidação do Fórum internacional era respaldada pelo crescimento dos índices econômicos que se mantiveram mais ou menos estáveis no início do século XXI, ainda que abalados pela crise de 2008. Também ficou demonstrado que os países em questão passaram por uma ampla tecnificação nas comunicações, além de transformações no meio rural e urbano, que sugerem o alicerçamento na política externa de transições que já eram sentidas internamente.

Por fim, compreende-se que a análise sobre o tema pode, ainda, ser explorada sobre outros aspectos, como índices sociais, econômicos, demográficos e até culturais, que provavelmente abririam o assunto para ulteriores interpretações. Entretanto, destacamos que frente a uma quase ausência do diálogo entre os estudos territoriais e as relações internacionais, a tecnificação e o estudo do território mostraram-se promissores quanto a avaliação dos direcionamentos das iniciativas internacionais e da política externa.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034- 73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 jul. 2024.

AMORIM, Celso. Celso Amorim: Breves narrativas diplomáticas. São Paulo: Benvirá, 2013.

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BRASIL. Presidente (2003 – 2010 Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da I Cúpula IBAS. Brasília, 13 de setembro de 2006. 5 f. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/13-09-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-i-cupula-ibas/view>. Acesso em 11 de out. 2024.

BRASIL. Programa de Governo 2002 Lula Presidente: Um Brasil para Todos, 2002.Disponível em <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>. Acesso em 04 de out. de 2024.

BRASIL. Programa de Governo 2002 Lula Presidente: Um Brasil para Todos, 2002. Disponível em <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>. Acesso em 29 de Mar. de 2024.

BULL, Headley. A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CATAIA, Márcio Antônio. Território político: fundamento e fundação do estado. Sociedade & Natureza. Uberlândia, n. 23, v.1. p.115-125, abr. 2011.

CERVO, Amado. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: EdUSP, 2008.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. Geo UERJ, *[S. l.]*, n. 12, p. 23, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.2002.49202. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49202>. Acesso em: 14 out. 2024.

GALLAS, Daniel. Comércio no Ibas quadruplicou, mas países ainda travam disputas bilaterais. BBC NEWS Brasil, 17 de outubro de 2011. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111017_relacaoe_comerciais_africa_brasil_dg>. Acesso em 11 de out. 2024.

GRIX, Jonathan; BRANNAGAN, Paul Michael; LEE, Donna. Entering the Global Arena: Emerging States, Soft Power Strategies and Sports Mega-Events. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2019

HAMMERSTAD, Anne. 'South Africa's Security Engagement in the Region – Lessons for IBSA?'. In: Costa Vaz, Alcides (ed.) Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

IBAS. 1° IBSA Summit Meeting, 2006. Disponível em <https://www.ibsa-trilateral.org/pt/images/1st_summit_declaration.pdf>. Acesso em 11 de out. 2024.

KUNRATH, Bruna; DA SILVA, André Luiz Reis. Brasil e Índia na Reforma do Conselho de Segurança da ONU: o posicionamento dos Membros Permanentes e os apoios regionais. Carta Internacional, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 121–

143, 2014. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/131>. Acesso em: 14 out. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, jun. 2005 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034- 73292005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jul. 2022.

MACKINDER, Halford. The Geographic Pivot of History. Londres, v.4, n.23, p.421- 444, Abr. 1904. Disponível em <https://archive.org/stream/1904HEARTLANDTHEORYHALFORDMACKINDER/1904%20HEARTLAND%20THEORY%20HALFORD%20MACKINDER_djvu.txt>. Acesso em 14 de Jun. de 2024.

MARTIN, André Roberto. Brasil Geopolítica e Poder Mundial. São Paulo: Hucitec, 2018.

MARTIN, André. A geopolítica da (4ª) Guerra Mundial. Youtube. 26 de jun. 2024. 2h.12min.31s. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2qPdGg-enYw&t=6023s>. Acesso em 04 de out. 2024.

MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

NYE, Joseph S. Soft Power. Foreign Policy, n. 80, 1990, pp. 153–171. Disponível em . Acesso em 10 de jul. 2022.

PEROUX, François. L'economie des jeunes nations. Paris: presses universitaires de France, 1962.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750 – 2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROSEIRA, Antônio Marcos. Geografia e Relações Internacionais. Revista Continentes (Online). N. 7, p. 64-88, jul. 2015. Disponível em:

SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1965.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SPYKMAN, Nicholas J. Geography and Foreign Policy I. American Political Science Review, n. 1, fev. 1938, p. 28-50. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-sciencereview/article/geography-and-foreign-policyi/7E5E89E490235633DA6110942F01F0B8>. Acesso em 15 de set. de 2024.

United Nations Day for South-South Cooperation. Forging a Global South. Nova Iorque: United Nations Development Programme, 2004. Disponível em <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/cn/UNDP-CH-PR-Publications-UNDay-for-South-South-Cooperation.pdf>. Acesso em 30 de set. 2024

VISENTINI, Paulo Fagundes. Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008

VISHWANATHAN, R. Natham. IBSA, as important if not more, than BRICS for India. The Economic Times, 15 de julho de 2014. Disponível <https://www.ibsa-trilateral.org/Media/N-2-ET-15-07-2014-IBSA-%20as%20important%20if%20not%20more%20than%20BRICS%20for%20India.pdf>. Acesso em 11 de out. 2024.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Política externa do regime militar brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

WIGHT, Martin. A política do poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

Notas

[1] O fórum é composto por África do Sul, Índia e Brasil, foi fundado em 2003 e permanece em atividade até hoje.

[2] Tradução nossa de trecho de Spykman (1938).

[3] Kunrath e Silva (2014) apontam que a Índia, devido a sua crescente importância no cenário regional, passou a pleitear a reforma do CSNU. A pauta da reforma foi enfatizada com a criação do G-4 em 2004 com a participação da Alemanha, Brasil, Índia e Japão e que tinha como pauta prioritária a reforma dos assentos permanentes do CSNU. Hoje têm assento permanente e, por isso, direito a veto, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia.

[4] Para acessar o site mencionado acessar <https://ourworldindata.org>.

[5] Ministry of Statistics and Programme Implementation. Disponível em < https://www.mospi.gov.in/>.

[6] Instituição equivalente ao IBGE no Brasil, para acessar o site <https://www.statssa.gov.za>.

[7] Plataforma de dados do comércio exterior brasileiro, disponível em < https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

[8] Informações retiradas de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/ibas/ibas-forum-de-dialogo-entre-india-brasil-e-africa-do-sul>.

[9] A referência foi retirada de um texto de Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores durante os dois mandatos presidenciais de Lula da Silva (2003 – 2010).

[10] Lula da Silva foi presidente entre 2003 e 2010, sendo este período composto por dois mandatos, de 2003 a 2006 e 2007 a 2010. Cabe lembrar que Lula da Silva ainda viria a ser eleito presidente no ano de 2022.

[11] A Conferência de Bandung ocorreu entre 12 e 24 de abril e marcou o surgimento de um bloco de países não alinhados às duas potências da Guerra Fria.

[12] Relatório disponível em <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/cn/UNDP-CH-PR-Publications-UNDay-for-South-South-Cooperation.pdf>

[13] Há uma crítica de Martin (2024) sobre o uso do termo, observando em seu significado certa hegemonia imposta pelos países do norte e das potências globais. Optamos, no entanto, por manter o termo, uma vez que pode nos auxiliar a compreender o contexto internacional. O uso do termo pela própria ONU é sintomático para o entendimento da divisão do poder internacional.

[14] Dados retirados de <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264104143-en.pdf?expires=1722629172&id=id&accname=guest&checksum=E660D9E9046CB44C46CCAAAFDA5FAE95>.

[15] Os dados sobre a população mundial foram estimados com base nos relatórios da OCDE.

[16] Segundo as estatísticas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com exceção do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, os principais portos brasileiros se localizam no Centro Sul do país.

[17] Sobre os fluxos marítimos, é possível consultá-los em tempo real no sítio <https://radar24.net/pt-pt/radar-de-navio/>.

[18] Dados retirados de < https://oec.world/en/profile/country/bra>.

[19] Ibid.

[20] Para acessar o documento ver https://www.ibsa-trilateral.org/pt/images/1st_summit_declaration.pdf.

[21] Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O grupo, consolidado em 2009, ficou conhecido como um pilar do multilateralismo no cenário internacional. Em 2010 se juntaria também a África do Sul.

[22] Na página 6 da cartilha de governo (BRASIL, 2002), enfatiza-se o caráter multilateral do programa de governo de Lula da Silva, fica evidenciado que a política externa seria uma plataforma fundamental para aquele governo. Para acessar o documento <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>

[23] Destaque para o fato que o próprio Celso Amorim utiliza a designação "países em desenvolvimento".

[24] Os dados utilizados estão disponíveis e foram retirados de <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>.

[25] Fórum dos países mais desenvolvidos e industrializados, ao menos na virada do século XX para o XXI, composto por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos.

[26] É um fórum de cooperação internacional entre os países industrializados e industrializados emergentes composto por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia.

[27] Os dados utilizados estão disponíveis e foram retirados de <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/EUQ/WEQ>.

[28] Valores retirados de <https://ourworldindata.org/economic-growth>. Os valores são dólares em valor médio no ano de 2017.

[29] O valor adicionado é a subtração de insumos e demais custos intermediários do valor produzido.

[30] Os valores estão em dólares na cotação média de 2015

[31] Ao contrário do que ocorria na África do Sul e no Brasil, a Índia teve um aumento da parcela de trabalhadores no setor industrial que saltou de 16,22% no ano de 2000 para 22,28% no ano de 2010.

[32] Dados retirados dede <https://ourworldindata.org/population-growth>.

[33] Dados retirados de<https://ourworldindata.org/fertilizers>.

[34] Essa variação pode ser confirmada tanto pelos dados do FMI, como pelo site <https://oec.world/en>.

[35] A ideia do meridionalismo deriva da visão de Martin (2018) de que o Brasil deveria liderar diplomaticamente um bloco de países ao longo do hemisfério sul fazendo frente à lógica belicosa e competitiva ocidental. Esse bloco, segundo o mesmo autor deveria envolver o Brasil, África do Sul, Índia e a Austrália.

[36] Dados retirados de <https://ourworldindata.org/urbanization>.

[37] Dados disponíveis time=2010&country=DZA~BEN~BWA~BDI~CMR~CPV~CAF~TCD~COM~COG~CIV~COD~DJ

[38] A crise de 2007 e 2008 foi conhecida como a crise financeira de efeitos globais, atingindo seu epicentro no mercado imobiliário norte-americano. Seus efeitos econômicos foram sentidos em todos os países do mundo, mas tiveram impactos variáveis no curto prazo entre os países emergentes.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

AmeliCA

Disponível em:
https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/274/2745193004/2745193004.pdf

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA
Ciência Aberta para o Bem Comum

Caio Cursini

A geopolítica na construção do Fórum de Diálogo IBAS: uma leitura a partir do território
Geopolitics in the construction of the IBSA Dialogue Forum: a reading from the territory

Revista Presença Geográfica
vol. 12, núm. 1, 2025
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
rpgeo@unir.br

ISSN-E: 2446-6646